



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

**Subcomissão Especial da
UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO
e do USO RACIONAL DA ÁGUA - SubÁGUA**



Apresentação do **Relatório Final** – Dia 9 de dezembro de 2015



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Presidente DEP. **JULIO LOPES** (PP/RJ) | 1º. Vice-Presidente DEP. **CARLOS MARUN** (PMDB/MS)

Subcomissão Especial da UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO e do USO RACIONAL DA ÁGUA

Presidente DEP. **JOÃO PAULO PAPA** (PSDB/SP) | Relator DEP. **MARCOS ABRÃO** (PPS/GO)

Titulares Dep. **José Nunes** (PSD/BA) | Dep. **Hildo Rocha** (PMDB/MA)

Suplentes Dep. **Miguel Haddad** (PSDB/SP) | Dep. **Nilto Tatto** (PT/SP) | Dep. **Toninho Wandscheer** (PMB/PR)





8 meses de
TRABALHO

6 atividades
REALIZADAS

12 instituições do
SETOR DE
SANEAMENTO
envolvidas

20 RECOMENDAÇÕES
para UNIVERSALIZAR
O SANEAMENTO e promover o
USO RACIONAL DA ÁGUA



Instituições participantes das atividades da SubÁGUA



Ministério das Cidades
Secretaria Nacional de Saneamento
Ambiental



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Recomendação **1** da SubÁGUA

Fortalecimento Institucional do Setor de Saneamento

Centralização efetiva da política nacional de saneamento no âmbito do Executivo Federal, sob coordenação da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Criação de Plano de Ação destinado a acelerar a implementação do PLANSAB e demais programas de saneamento e a oferecer visibilidade à totalidade de investimentos destinados ao setor.



Atualmente, sete ministérios atuam na implementação do saneamento no Brasil

Luiz Roberto Gravina Pladevall, **APECS**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

Recomendação **2** da SubAGUA

Espaço permanente de discussão sobre saneamento básico na Câmara dos Deputados

Criação de Subcomissão Permanente de Saneamento Ambiental no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Urbano, com o objetivo de promover debates, realizar estudos e apresentar propostas relacionadas à agenda do saneamento ambiental, em caráter permanente e em diálogo com as instituições do Setor de saneamento.



A gestão participativa e integrada nas políticas públicas estimula o desenvolvimento do senso crítico e de responsabilidade nos cidadãos.

Aparecido Hojaij, **ASSEMAE**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

Recomendação **3** da SubAGUA

Recursos para os Planos de Saneamento Básico

Destinação de recursos financeiros equivalentes a 5% do Orçamento anual destinado ao saneamento (recursos não onerosos) da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental para o financiamento da elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico e para o financiamento de estudos, projetos de engenharia e assistência técnica correlatos aos Planos. Prioridade para municípios com mananciais importantes destinados à captação de águas.



Mais da metade dos municípios não tem Plano de Saneamento Básico.

Alberto Bovo, **CTSan/ABAR**



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Recomendação **4** da SubAGUA

Assistência Técnica em Saneamento para os municípios

Criação de Programa Nacional de Assistência Técnica em Saneamento destinado a conferir aos titulares dos serviços públicos de saneamento, os municípios brasileiros, capacidade técnica, institucional e de gerenciamento capaz de fazer frente aos desafios da universalização do abastecimento de água, da coleta e do tratamento dos esgotos.



Para a efetivação do Plansab é necessário o desenvolvimento e a implantação de ações estruturantes de capacitação e assistência técnica.

Dante Ragazzi Pauli, **ABES**



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Recomendação **5** da SUBAGUA

Financiamento para o desenvolvimento operacional dos prestadores de serviços públicos de saneamento visando a redução de perdas de água

Criação de linha de financiamento especificamente dirigida para o desenvolvimento operacional das pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos de saneamento com vistas à execução de programas de redução de perdas de água nos sistemas de abastecimento.



Segundo estudo do Instituto Mackenzie, a redução de apenas 10% nas perdas do País agregaria R\$1,3 bilhão à receita operacional com a água.

Aparecido Hojaij, **ASSEMAE**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

Política tarifária diferenciada de energia elétrica

Elaboração de uma política tarifária diferenciada de energia elétrica para o Setor de saneamento com o propósito de atenuar esta que se conforma como uma das mais elevadas despesas das empresas estaduais e dos serviços municipais de água e esgoto.



A energia elétrica representa, atualmente, a segunda maior despesa do setor, obrigando as companhias a parar instalações nos horários de ponta.

Roberto Tavares, **AESBE**



Recomendação **7** da SubAGUA

Aperfeiçoamento das formas de subsídios tarifários e não tarifários

Verificação da efetividade dos atuais modelos de subsídios tarifários e não tarifários e elaboração de instrumentos e critérios capazes de assegurar tanto o acesso aos serviços pela população de baixa renda quanto a sustentabilidade econômico-financeira dos sistemas, considerando também a necessidade de adoção de metodologia de monitoramento permanente dos subsídios.



É necessário um novo modelo de política tarifária, com participação social, sustentabilidade, legitimidade e viabilidade comercial nas decisões regulatórias.

Aparecido Hojaij, **ASSEMAE**



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Recomendação **8** da SubÁGUA

Política Nacional de Reúso da Água

Criação de duas instâncias destinadas à elaboração de propostas para uma Política Nacional de Reúso da Água. Uma Comissão Especial na Câmara dos Deputados e um Grupo de Trabalho Interministerial envolvendo todos os órgãos do Executivo Federal que detenham experiências e atribuições nesta área.



O contexto da crise hídrica e das mudanças climáticas obriga o uso eficiente e racional dos recursos hídricos e implementação de programas de reúso de água.

Johnny Ferreira dos Santos, **SNSA**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

Recomendação **9** da SubÁGUA

Erradicação da fraude e do furto de água

Elaboração de Plano Nacional de Erradicação da Fraude e do Furto de Água, considerando a necessidade da sustentabilidade econômico-financeira dos sistemas e também a necessidade de mudança de cultura em relação à água.



Para a melhoria da gestão e do controle de perdas é necessária a criação e implementação de programas e políticas públicas de apoio à estruturação e melhoria da gestão das companhias.

Carlos Roberto Mingione, **SINAENCO**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

Prioridade para o Saneamento Rural

O Programa Nacional de Saneamento Rural deve ser impulsionado em face não apenas do objetivo nacional de universalização do saneamento, mas, principalmente, da relevância das áreas rurais e de suas populações para o desenvolvimento do País. Trata-se, também, de assegurar o que é previsto no artigo 48 da Lei de Saneamento – meios adequados para o atendimento da população rural dispersa.



Atualmente, cerca de 30 milhões de pessoas residem em áreas rurais no Brasil.

Henrique Pires, **FUNASA**



Alteração na Lei de Licitações

Conferir, de maneira obrigatória, as modalidades de licitação “melhor técnica” ou “técnica e preço” aos serviços técnicos profissionais especializados de natureza predominantemente intelectual, relativos à elaboração de estudos e projetos de engenharia, gerenciamento, supervisão e fiscalização das obras. Propiciar a adoção de metodologias de modelagem de informações com a finalidade de conferir eficiência, eficácia e transparências às obras públicas na área de saneamento.



É um pleito da indústria a elaboração de editais com princípios de avaliação técnica e preço, para dar mais confiabilidade e qualidade à obra a ser contratada.

Gilson Cassini, **SINDESAM/ABIMQ**



Recomendação **12** da SubÁGUA

Promoção da eficiência nos serviços de saneamento

Criação de Selo de Eficiência em Saneamento Básico para as pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos de saneamento em virtude do alcance progressivo das metas de universalização. Reconhecimento dos níveis de excelência na prestação de serviços públicos de saneamento por parte da Câmara dos Deputados, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Urbano.



Um desafio do Saneamento é melhorar a qualidade e eficiência na prestação dos serviços, reduzindo as perdas de água.

Johnny Ferreira dos Santos, **SNSA**



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Recomendação **13** da SubÁGUA

Princípio da comunicação pública

Instituição do princípio da comunicação pública na Lei de Saneamento para ampliar a transparência e o controle social sobre os serviços públicos de saneamento e garantir o atendimento do interesse público nas ações de comunicação do Setor.



É preciso dar mais foco à comunicação do Setor; a população desconhece a importância dos serviços de saneamento.

Dante Ragazzi Pauli, **ABES**



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Recomendação **14** da SubÁGUA

Indicadores e sistema de informações do Setor de saneamento

Aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS e implantação do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico – SINISA, conforme determinado pelo artigo 53 de Lei de Saneamento, e contemplando a adoção de procedimentos de auditoria dos dados.



A proposta é o fortalecimento do SINISA com dados consistentes, confiáveis, com abrangência e desagregação suficientes para caracterização e avaliação dos serviços nos aspectos institucionais, regulatórios, econômicos, operacionais e de qualidade.

Roberto Muniz, **ABCON**



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Recomendação **15** da SubÁGUA

Atlas do Saneamento

Atualização do Atlas do Saneamento, elaborado até 2011 por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mediante retomada da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, e integração deste instrumento ao Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico – SINISA.



A gestão com claro incentivo a bons indicadores de desempenho é um dos desafios do Setor de Saneamento.

Dante Ragazzi Pauli, **ABES**



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Criação de Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico – REISB

Urgência na tramitação do Projeto de Lei nº 2.290, de 2015, do Sr. José Serra, que cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico – Reisb, com o objetivo de estimular a pessoa jurídica prestadora de serviços públicos de saneamento básico a aumentar seu volume de investimentos, por meio da concessão de créditos relativos ao PIS/PASEP e COFINS.



A desoneração do PIS/COFINS é uma possibilidade de alavancar recursos necessários para investimentos prioritários das empresas, notadamente os voltados ao combate da crise hídrica.

Roberto Tavares, **AESBE**



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Recomendação **17** da SubÁGUA

Eliminação de restrições para operações de crédito destinadas ao financiamento de ações de saneamento

Urgência na tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 426, de 2014, do Sr. José Nunes, que elimina restrições para entes da Federação realizarem operações de crédito destinadas ao financiamento de programas e projetos de saneamento básico.



É importante a existência de recursos públicos, de modo a facilitar o acesso de populações mais pobres aos serviços de saneamento.

Edson Aparecido da Silva, **FNSA**



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Recomendação **18** da SubÁGUA

Medição individualizada de consumo de água em condomínios residenciais e comerciais

Urgência na tramitação do Projeto de Lei nº 663, de 2015, do Sr. Julio Lopes, que dispõe sobre norma geral relativa à medição de consumo de água nas novas unidades de edificações residenciais e comerciais de caráter condominial.



A medição individualizada em condomínios residenciais é uma medida importante para a melhoria da gestão e do controle de perdas de água.

Carlos Roberto Mingione, **SINAENCO**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

Recomendação **19** da SubÁGUA

Instalação de equipamentos redutores do consumo de água nas moradias do Programa Minha Casa Minha Vida.

Urgência na tramitação do Projeto de Lei nº 7.499, de 2014, do Sr. Heuler Cruvinel, que torna obrigatória a instalação de equipamentos de energia solar e que contribuam para a redução do consumo de água em moradias do Programa Minha Casa Minha Vida.



A ONU afirma que 110 litros de água por habitante por dia são suficientes para o consumo per capita. No Brasil a média é de 166 litros de água por habitante por dia.

Carlos Roberto Mingione, **SINAENCO**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

Recomendação **20** da SubÁGUA

Certificação de eletrodomésticos e aparelhos sanitários com uso eficiente de água

Urgência na tramitação do Projeto de Lei nº 2.049, de 2015, do Sr. Marcos Abrão, que institui o Selo Pró-Água, para certificação de eletrodomésticos e aparelhos sanitários com uso eficiente de água.



A baixa qualidade dos componentes dos sistemas hidráulicos prediais aumenta o desperdício de água.

Luís Cláudio Ferreira Leite Pinto, **ASFAMAS**



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO